

Primórdios da Sinologia Europeia entre Macau e Manila em Finais do Século XVI

As notícias da instalação dos portugueses em Macau depressa chegaram a Espanha, onde motivaram novas tentativas espanholas de estabelecimento de uma base mercantil nas ilhas da Insulíndia. Em 1564-1565, navios espanhóis fariam pela primeira vez a viagem de ida e volta entre a América e o arquipélago das Filipinas, onde logo depois se estabeleceriam duradamente. Em Manila e em Macau, missionários católicos de diversas denominações vão desenvolver esforços sistemáticos para a construção da *sinologia europeia*, iniciando o estudo da língua escrita chinesa e a recolha de obras chinesas impressas. A breve trecho, estes esforços de descodificação da língua *mandarim* dariam amplos frutos, conduzindo à elaboração dos primeiros catecismos católicos em chinês, dos primeiros dicionários de línguas românicas / chinês, e das primeiras traduções de textos chineses para línguas europeias. A primeira referência escrita à China em fontes europeias modernas surge em 1502, numa legenda do chamado *Planisfério de Cantino*, colocada junto a Malaca na qual se referem as principais mercadorias chinesas que regularmente afluíam àquele importante entreposto do comércio asiático. A primeira imagem que os portugueses recolhem e divulgam da China é, assim, a de um mercado de veras atraente, situado nos mais longínquos confins asiáticos, onde brilha a miragem de proveitosos negócios. [Autor: Rui Manuel Loureiro, pp.6-23]

Os Portugueses, a Rota Marítima da Seda e as Ligações de Macau com as Filipinas durante o Final do Período Ming

Entre os séculos XV e XVI os portugueses travaram contacto com lugares e povos até aí desconhecidos do Mundo Ocidental – áreas que se alargavam desde a costa ocidental de África, Arábia, Índia, China até ao Japão e Coreia, através de todo o Sudoeste asiático, desde a Malásia até às Ilhas Filipinas. O Império

Português tentava controlar o espaço oceânico, económica e politicamente, através da velha Rota Marítima da Seda dos Oceanos Índico e Pacífico. O objectivo deste documento é analisar o impacto da Rota Marítima da Seda para a presença portuguesa na China. Também analisaremos o papel da seda e da prata para a rota Macau-Manila. Conseguiram os portugueses alterar o carácter da rede marítima da seda? Que trouxeram eles de novo? Porque foram os portugueses tão bem sucedidos no controlo temporário do comércio da seda? A China era muito importante para o comércio português devido aos vários tipos de mercadorias produzidos, sobretudo seda e porcelana, e também por causa das grandes quantidades de consumo da prata. As regiões melhor conhecidas pelos portugueses eram as florescentes regiões mercantis de Liampó (Ningbo na província de Zhejiang), “Chincheo” [este nome era usado pelos portugueses para referir os mercadores de Zhangzhou e de Quanzhou (região de Amoy), na província de Fujian], e particularmente Macau (Aomen, no distrito de Xiang Shan), na província de Guangdong (Cantão).

Para compreender a rota Macau-Manila é necessário ter em mente o seu lugar dentro das complexas redes de rotas mercantis que ligam essas cidades aos principais portos dos oceanos Índico e Pacífico (desde a costa do Malabar até às costas da América). Macau era um lugar de confronto de uma grande variedade de grupos de interesses envolvidos no comércio chinês. Não só os portugueses mas também os europeus (espanhóis, holandeses, ingleses), japoneses e comerciantes do sudoeste asiático. Tentaremos dar resposta à intrigante questão do porquê das autoridades chinesas terem permitido o estabelecimento português em Macau e não permitirem nenhum outro país europeu estabelecer-se permanentemente nas costas da China. Argumentamos que, em geral, a sobrevivência e prosperidade dos portugueses na China dependeu mais do nível do comércio cantonês assumido por Macau do que por outras razões. Também afirmamos que, a um nível mais profundo, não assumido pela propaganda oficial (crónicas oficiais e documentos

oficiais) a linha que determina a divisão de interesse não era a nacionalidade do comerciante mas a rota em que estava envolvido (por exemplo: os europeus envolvidos na rota Macau-Manila-Nova Espanha eram prejudicados pelos europeus envolvidos na rota de Sevilha ou na rota do Cabo da Boa Esperança). Como é sabido, um dos factores que fomentaram o contacto entre povos europeus e asiáticos, em particular os chineses, foi a troca não apenas de mercadorias mas também de conhecimentos, tecnologia e cultura. Este documento é baseado, fundamentalmente, em pesquisa de documentação manuscrita no *Archivio Segreto Vaticano*, *Biblioteca Centrale de Firenze*, *Bibliothèque Nationale de Paris* e em arquivos portugueses como os *Arquivos Nacionais da Torre do Tombo*. [Autor: Rui D’Ávila Lourido, pp.25-46]

Almíscar, Calambaque e Azougue no Comércio Macau-Japão e no Comércio da Ásia Oriental (cerca de 1555-1640)

Como é sobejamente conhecido, no século XVI e princípios do século XVII, as relações comerciais entre Macau e o Japão baseavam-se essencialmente na troca de seda e prata, e só outros dois produtos tinham também algum relevo: o ouro e o cobre. Menos conhecido, pelo contrário, é o comércio com “mercadorias raras” que, em pequenas quantidades, iam de Macau para o Japão. Este artigo analisa as exportações de Macau para o Japão de três produtos de relativa “insignificância” e ao mesmo tempo integra-as no contexto geral das correntes comerciais marítimas inter-asiáticas. Trata-se dos seguintes produtos: almíscar, calambaque/pau-de-águila e azougue, portanto, de produtos de origem animal, vegetal e mineral. É óbvio que, no século XVI e princípios do século XVII, os portugueses de Macau não eram os únicos fornecedores de produtos chineses para o Japão e muitas vezes nem sequer constituíam o grupo mais importante de negociantes estrangeiros. Muito pelo contrário, o Japão estava ligado, através de uma série de outros grupos de negociantes e até pelos seus próprios

negociantes, ao sistema comercial internacional asiático e, muito especialmente, ao mercado chinês, como descreve este estudo. Assim, através desta vasta rede de relações comerciais, o Japão recebia em parte os mesmos produtos, que os portugueses de Macau forneciam. Como veremos neste artigo, o almíscar, o calambaque/pau-de-águila e o azougue não constituíam nenhuma excepção. Portanto, para se avaliar o significado dos fornecimentos portugueses, no contexto geral do comércio sino-japonês e do Sudeste asiático, tem de se examinar simultaneamente as fontes europeias e asiáticas disponíveis relativas às remessas de mercadorias de outros grupos de negociantes, que circulavam paralelamente. As descrições aqui representadas são um fragmento – baseado exclusivamente sobre fontes publicadas – que se espera venha a ser complementado com novos estudos sobre o tema. Tanto mais que as exportações de prata do Japão terminaram no decorrer do século XVII, enquanto o calambaque e o pau-de-águila continuaram a ser exportados da Indochina durante séculos. [Autor: Roderich Ptak, pp.47-61]

Um Protagonista da Missão dos Jesuítas na China no Século XVII: Martino Martini S. J.

Neste ensaio examina-se o papel que o jesuíta trentino Martino Martini teve na “Questão dos Ritos”, como no seu século foi decisivo pelo que diz o conhecimento da China. A ele deve-se de facto o primeiro atlas geográfico de 17 tábuas, enquanto o único mapa até então disponível era o de M. Ruggeri e de M. Ricci. Tem-se em menor consideração a primeira História da antiga China (ca. 400 pp.), de que derivaram diversos problemas relativos à comparação com o texto bíblico; a acrescentar, a primeira gramática chinesa, um pormenorizadíssimo relatório sobre a difusão do cristianismo na China, um tratado em língua chinesa sobre a amizade, equivalente à Graça Divina, bem como a primeira crónica dos acontecimentos políticos da época. Tendo, no século XVIII, uma campanha anti-jesuítica, que tinha chegado até ao

pontífice, feito recair sobre o Jesuíta trentino bem como sobre os seus colaboradores (G. Aleni, P. Intorcetta, A. Schall, etc.) a responsabilidade duma excessiva avaliação da realidade chinesa, uma de natureza denigrativa determinará em substância o apagamento da sua memória pelos historiadores. Tendo sido redescoberto nos últimos decénios por importantes autores, a saber: B. Bolognani, G. Melis, J. Sebes, H. Walravens, P. Corradini, M. Chang, G. Bertuccioli, R. Étiemble, S. Zoli, C. von Collani, analisa-se a recente recuperação da figura e da obra de Martino Martini, cujo ponto alto foi um Convénio Internacional, que teve lugar em Pequim em Abril de 1994.

[Autor: Franco Demarchi, pp.62-81]

Cooperação e Contradição: Portugal e a Santa Sé nos Assuntos Eclesiásticos da China nos Séculos 17 e 18

O Apoio Régio era uma forma de relacionamento da Igreja-Estado durante a Idade das Descobertas. A Santa Sé serviu-se disto como método influente para difundir as actividades evangélicas durante a expansão colonial de Portugal e Espanha. Porém, com a passagem dos anos, a Santa Sé descobriu o facto de que o poder do rei interferia com os assuntos internos da Igreja. Criar um sistema de vicariato apostólico foi o método encontrado para mudar este estado de coisas. A atitude da corte portuguesa era contra o estabelecimento do vicariato apostólico. A Santa Sé enviou uma delegação de Tournon para a Índia e China para resolver a Controvérsia dos Ritos Chineses e fez também uma tentativa para terminar com o poder do apoio régio. Mas a missão falhou. Por outro lado, a Santa Sé procuraria a ajuda de Lisboa para resolver a disputa dos assuntos religiosos no Extremo Oriente e por isso teve que estabelecer um compromisso. Como resultado, passaram a existir dois tipos de dioceses na China e estava lançada a confusão na administração da Igreja. Também o processo de naturalização da Igreja Católica chinesa estava atrasado ou a ser ignorado.

[Autor: Gu Wei-min, pp.90-95]

Reflexões a Respeito dos Cargos de *Shou Ao Guan* e de *Haidao Fushi* e Outros Problemas da História de Macau

A história de Macau, em anos mais recentes, tem sido abordado sobretudo de um ponto de vista macro-histórico, circunstância que tem impedido o estudo rigoroso de determinadas questões de pormenor. O autor deste artigo, que se tem dedicado, desde há cerca de dez anos, a pesquisas históricas sobre Macau, pretende contribuir para o esclarecimento de três dos enigmas que persistem no conhecimento do passado deste território.

1) Com a chegada dos portugueses, Macau ganhou renovada importância para o governo da dinastia Ming, que entre 1573 e 1580 estabeleceu um elaborado sistema administrativo para controle dos estrangeiros. Contudo, já antes existiam em Macau *shou ao guan* (funcionário estacionado em Macau), como refere Pang Shangpeng num documento de 1565. Estes funcionários de modesta importância (*xun jian si, bei wo e ti diao*), que desempenhavam funções relacionadas sobretudo com a manutenção da ordem pública e a fiscalização do contrabando marítimo, foram os primeiros a entrar em contacto com os portugueses.

2) O cargo de *haidao fushi* (subintendente da Defesa Costeira) reveste-se de especial importância no estudo dos primeiros tempos da presença portuguesa na China, já que foi um dos titulares deste cargo que inicialmente autorizou os portugueses a estabelecerem-se em Macau e a aí desenvolverem actividades comerciais. Curiosamente, este cargo não constava do sistema burocrático descrito na *História da Dinastia Ming*, embora aparecesse em numerosos memoriais e relatórios de funcionários. O autor conclui que este cargo era específico do Guangdong, tratando-se muito provavelmente de uma abreviação, comum na época, de um outro cargo. De qualquer forma, o *haidao fushi* era responsável pela administração directa da defesa marítima de Macau e do seu comércio externo.

3) O conhecido Wang Bo desempenhava o cargo de *haidao fushi* na época em que os portugueses foram autorizados a comerciar

RESUMOS

em Cantão e a, subsequentemente, fixar-se em Macau. O autor do artigo tenta esclarecer o comportamento de Wang Bo, argumentando que este funcionário pretendia, por um lado, obter âmbarr-cinzeno para assim granjear o favor do imperador, enquanto, por outro lado, agir como intérprete de poderosos interesses regionais, que pretendiam reactivar o comércio marítimo com o exterior e assim dinamizar a economia de Guangdong. [Autor: Yang Renfei, pp.96-107]

Compilação de Dados Históricos sobre Portugal e Macau no Registo da Dinastia Ming

Esta compilação é o resultado parcial de um projecto de investigação mais vasto que visa reunir, traduzir e publicar, de forma sistemática, as referências a Portugal e a Macau contidas nas fontes históricas das dinastias Ming e Qing. Na investigação em curso, são privilegiadas as crónicas dinásticas de carácter oficial, como o *Registo da Dinastia Ming* [*Ming Shi Lu*], o *Registo da Dinastia Qing* [*Qing Shi Lu*], e as *Fontes da História das Dinastias Ming e Qing* [*Ming Qing Shi Liao*], pois todas elas contêm abundantes e importantes dados históricos extremamente relevantes para o estudo da História de Macau. O presente artigo contém todos os excertos do *Registo da Dinastia Ming* [*Ming Shi Lu*] que se referem aos “portugueses” [*Fulangjis*], a “Macau” [*Haojing e Xiangshan’ao*] e aos “estrangeiros de Macau”. As várias dezenas de excertos reunidos dizem respeito a três grandes temas: os conflitos provocados no litoral da China pelas actividades ilícitas dos portugueses, sobretudo no período anterior ao seu estabelecimento em Macau; as diversas atitudes assumidas pelos funcionários chineses, a nível central e a nível regional, a respeito do estabelecimento dos portugueses em Macau; os intercâmbios culturais e tecnológicos protagonizados pelos portugueses através de Macau, com particular relevo para o papel por eles desempenhado na resistência da dinastia Ming face às investidas dos manchus. O autor ordenou de forma cronológica todos os excertos recolhidos no *Registo da Dinastia Ming* [*Ming Shi Lu*]. [Autor: Chen Wenyuan, pp.108-129]

Referências Históricas Relativas a Macau nos Relatórios de Cantão

Durante os últimos anos, as fontes históricas chinesas da dinastia Ming foram repetidamente sondadas por historiadores chineses e estrangeiros, em busca de informações sobre a história de Macau. Assim, muitos dados relevantes têm sido encontrados, tanto em crónicas oficiais, nomeadamente na *História da Dinastia Ming* [*Ming Shi*] e no *Registo da Dinastia Ming* [*Ming Shi Lu*], como em colecções literárias, ensaios e histórias não oficiais, sendo hoje em dia difícil encontrar materiais históricos desconhecidos. O autor do presente artigo, contudo, teve a boa fortuna de localizar uma fonte histórica que até ao presente não havia despertado as atenções dos estudiosos da história de Macau. Trata-se dos *Relatórios de Cantão* [*An Yue Shu Gao*], redigidos nas primeiras décadas do século XVII por Tian Shengjin, inspector imperial que, entre 1615 e 1619, desempenhou funções em Cantão, trabalhando com Zhang Minggang e Zhou Jiamo, ambos governadores dos dois Kuang. Este artigo apresenta excertos comentados e contextualizados de seis dos 103 relatórios enviados para Pequim por Tian Shengjin, nos quais aparecem referências a Macau e aos portugueses. Nestes seis relatórios, que até aos nossos dias passaram despercebidos, encontram-se informações interessantíssimas para a história de Macau, relacionadas sobretudo com aspectos variados do relacionamento institucional e mercantil, nem sempre legal, das autoridades de Cantão com os portugueses. Tian Shengjin foi um funcionário diligente, que recolheu informações minuciosas sobre as actividades dos estrangeiros de Macau. E os seus relatórios reflectem, nomeadamente, as diversas correntes de opinião que em Guangdong se defrontavam a respeito da atitude oficial a tomar face à presença dos portugueses em Macau. Ele próprio, apesar de reconhecer os riscos associados à permanência de uma comunidade estrangeira em Macau, mostrava-se favorável à permanência dos portugueses, pois trazia inúmeras vantagens à economia regional e à segurança marítima do litoral do Guangdong. O autor do artigo, entretanto, constata que, não obstante muitas informações contidas nos *Relatórios de Cantão* poderem ser encontradas em

outras fontes oficiais chinesas, a versão dos acontecimentos relatada por Tian Shengjin é geralmente mais detalhada e mais bem informada. Daí, o extraordinário valor desta pouco conhecida fonte histórica para o estudo da História de Macau. [Autor: Tang Kaijian, pp.130-144]

Apontamentos de Visitas a Macau durante as Dinastias Ming e Qing

Desde que os portugueses ali se estabeleceram, nos anos Jia Jing da Dinastia Ming, Macau foi regularmente visitada por letrados chineses, uns em missão oficial, normalmente ligada a deveres de inspecção, outros em visita turística, outros ainda procurando refúgio. Muitos desses letrados redigiram apontamentos com impressões das suas visitas a Macau. O presente artigo reúne um alargado conjunto de textos desse género, que se estendem, cronologicamente, desde 1565 até 1745. Todos eles contêm informações extremamente interessantes, não só porque resultam de observações directas realizadas pelos seus autores, mas porque frequentemente abordam temas que não são tratados em outras fontes históricas. Estes textos, para além de documentarem numerosas aspectos da vida quotidiana de Macau, transmitem informações importantes sobre a forma como os portugueses eram encarados pelos chineses. Vários textos incluem observações detalhadas sobre o aspecto físico dos estrangeiros de Macau e sobre os seus peculiares hábitos e costumes (como os de Ye Quan, 1565, Wang Linheng, 1601, e Qu Dajun, 1688, entre outros). Outros textos são claramente favoráveis à presença dos portugueses em Macau (Lu Xiyan, 1680). [Autor: Tian Yingxia, pp.145-160]

História de e para Macau: A Questão do Estudo da História Local nas Escolas Secundárias de Macau

Durante os últimos anos antes da transferência do poder administrativo para a República Popular da China em 1999, Macau atravessou um período de rápida mudança e incerteza. No meio desta incerteza, a questão da identidade cultural tornou-se cada vez mais urgente para o governo e para as instituições

ABSTRACTS

cívicas. Dirigentes, pedagogos e observadores concordaram, por isso, que para incentivar o sentido de pertença e de identidade cultural entre os jovens de Macau, seria importante introduzir cursos de História local nos currículos das escolas secundárias do território. Contudo, apesar do muito esforço e entusiasmo, poucas escolas adoptaram a História local nos currículos defendidos pelo governo. Este documento, baseado em pesquisas etnográficas levadas a cabo

em 1997, explora as razões do fracasso aparente desta iniciativa. Examinando o contexto das reformas educacionais dos anos noventa, entrevistando pedagogos e funcionários sobre os problemas por eles enfrentados, e comparando, com detalhe, o conteúdo dos currículos de História de Macau em duas escolas, fica claro que esta iniciativa ficou paralisada pela questão, não resolvida, da identidade local – “quem somos nós?” – que era suposto colocar-se. Ironicamente, o

sucesso de uma escola ao promover o estudo de História de Macau *fora* da sala de aula, pode ser um indicativo de que uma abordagem diferente para entender como as identidades colectivas emergem e se tornam significativas – e como podem ser encorajadas para que os jovens confirmem importância ao estudo da História – poderia ser uma resposta para esta questão.

[Autor: Cathryn Clayton, pp.170-191]

ABSTRACTS

The Early Days of European Sinology in Macao and Manila in the Late 16th Century

News of the Portuguese settlement in Macao soon reached Spain, leading to new attempts by the Spanish to establish a trading base in the East Indies. In 1564-65, the Spanish made their first return trip between the Americas and the Philippines, where they settled on a long-term basis. In Manila and Macao, Catholic missionaries of various denominations made a systematic effort to develop a *European sinology*, initiating the study of written Chinese and the collection of printed Chinese works. In the short term, these efforts to decipher the Mandarin language were very fruitful, leading to the development of the first Catholic catechisms in the Chinese language, the first Romance language/Chinese dictionaries and the first translations of Chinese texts into European languages. The first written reference to China in a modern European source dates from 1502. It appears on the *Cantino Planisphere*, in a legend placed next to Melaka that mentions the principal Chinese goods that flowed regularly into that important Asian commercial centre. The Portuguese, therefore, initially saw and represented China as a very attractive market on the outer fringes of Asia, one brimming with the promise of lucrative business ventures.

[Author: Rui Manuel Loureiro, pp.6-23]

The Portuguese, the Maritime Silk Road and Macao's Connection with the Philippines in the Late Ming Dynasty

Between the 15th and the 16th centuries the Portuguese made contact with lands and peoples previously unknown to the Western World – areas which stretched from the Eastern coast of Africa, Arabia, India, China up to Japan and Korea, throughout the whole of Southeast Asia, from Malaysia to the Philippine Islands. The Portuguese Empire attempted to control local oceanic space economically and politically from the Atlantic through the old maritime Silk Road of the Indian Ocean to the Pacific Ocean. The aim of this paper is to analyze the impact of the maritime Silk Road for the Portuguese presence in China. We will also analyze the role of silk and silver in the Macao-Manila road. Did the Portuguese change the character of the silk maritime network? What did they bring that was new?

Why were the Portuguese so effective in gaining temporary control of the silk trade? China was very important for the Portuguese trade due to the several kinds of merchandise produced, mainly silk and porcelain, and due to the large quantities of silver consumed. The regions best known to the Portuguese were the flourishing mercantile regions of “Liampó” (Ningbo in the province of Zhejiang), “Chincheo” [this name was used by the Portuguese to refer the

traders of Zhangzhou and the Quanzhou (region of Amoy), in the province of Fujian], and particularly Macao (Aomen in the district of Xiang Shan) in the province of Guangdong (Canton). In order to understand the Macao-Manila route, it will be necessary to bear in mind its place within a complex mercantile network of routes which linked those cities to the main ports of the Indian and Pacific oceans (from the coast of Malabar to the coasts of America). Macao was a field of confrontation for a great variety of interest groups involved in Chinese trade – not only Portuguese, but also other European (Spanish, Dutch, English), Japanese and Southeast Asian traders. We will try to answer the intriguing question of why the Chinese authorities allowed the Portuguese settlement in Macao and did not allow any other Europeans to settle permanently on the Chinese Coast. We argue that in general the survival and prosperity of Portuguese in China depended more on the level of Cantonese trade led by Macao than on anything else. We argue also that, at a deeper level often ignored in the official records (official chronicles and official documents), the line that determined the division of interests was not the nationality of the trades, but the route along which they traded (e.g., the Europeans involved in the Macao-Manila-New-Spain route were in competition with the Europeans involved in the route of Seville or the